

## Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes  
Sprenger



Mônica  
Leal



Aldacir  
Oliboni



Cláudia  
Araújo



Psicóloga  
Tanise  
Sabino



Ramiro  
Rosário

### 021ª COSMAM 02JUL2024

**Pauta:** Repercussão no orçamento público da calamidade no Município de Porto Alegre.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** (10h2min) Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Temos quórum, então vou abrir e depois eu te passo a palavra para a proponente coordenar e eu vou ficar na presença sem imagem; espero não cair o sinal. Estão presentes a proponente Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, a Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, o Ver. Aldacir Oliboni, os convidados que sempre a Comissão de Saúde e Meio Ambiente convida, que é o Gabinete do Prefeito, hoje o secretário Fernando Ritter que vai coordenar esta importante pauta do sistema de saúde mental pós-enchente, vai estar representado pelos seus assessores neste início de abertura da reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente; temos ainda como convidados a Dra. Roberta Barbosa, defensora pública do Núcleo da Defesa da Saúde; a Dra. Márcia Rosana Cabral Bento, do Ministério Público, promotora de justiça; o Dr. Daniel Heisler Tassinari, diretor-técnico do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas; também a Mariangela da Costa Allgayer, membro da Comissão de Animais Silvestres, Exóticos e de Desastres do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul; o Conselho Regional de Psicologia, a presidente pode estar representada, eu não estou vendo; a Alcira

de Lourdes Teotonio Cavalcanti; os outros que se estiverem chegando coloque os nomes e o órgão que representa.

A importância desses temas do pós-enchente, que nós já trouxemos outros, desde os desastres climáticos, psicologia; hoje, a saúde, em Porto Alegre, é muito importante para nós vereadores para podermos transmitir às pessoas o que foi feito, o que foi possível fazer nesta situação tão difícil que nós passamos com esta enchente de 2024. Mas, já, de imediato, eu passo a palavra para a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que é a proponente, depois para a Ver.<sup>a</sup> Tanise, depois para o Ver. Oliboni, para nós darmos início à apresentação da Secretaria Municipal da Saúde.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia a todos, bom dia Kelma, bom dia a todos da Secretaria Municipal da Saúde, a Dra. Márcia Bento, a Denise, a Vânia, a Renata, o André, a Evelise, os vereadores Tanise e Oliboni, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, e a todos que estão aí conosco. Tem um áudio aberto. (Pausa.) Ver.<sup>a</sup> Lourdes.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Temos também a presença do Ver. Ramiro Rosário. A partir da fala da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, fala a Ver.<sup>a</sup> Tanise, depois o Ver. Oliboni ou o Ver. Ramiro que entrou, e também os convidados podem usar da palavra.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Ver.<sup>a</sup> Lourdes, quero registrar a minha presença.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** É que tem um áudio aberto, acho que é o seu.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Está bem, deixa eu fechar.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Agora deu. Bom, na verdade, eu conversei com o secretário Fernando Ritter que fez uma apresentação, na semana passada, do quadrimestre da saúde, e nós achamos importante. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes comentou que é sobre a saúde mental, não é, é sobre toda a relação de saúde pós-enchente, que nos preocupa e nos preocupa muito né, porque nós já vínhamos numa caminhada sem oxigênio praticamente, como se diz, onde a gente estava matando um leão por dia para atender as pessoas, e com a enchente isso se agravou ainda mais.

A gente vê, a gente está entrando no inverno, nós temos todos os problemas respiratórios que em todo inverno a gente tem, e a gente tem aí a Operação Inverno, que é para colher e para nos ajudar com relação a isso, mas nos preocupa muito o que as pessoas estão vivendo, o que as pessoas vão viver a partir de agora, com as suas perdas, e mais tudo aquilo que a gente já tinha de demandas represadas dentro da área da saúde. Então conversei com o secretário e ele achou interessante fazer uma fala, principalmente com relação às equipes que estão sendo ampliadas em alguns locais. Nós tivemos vários postos que foram desativados, alguns voltarão, outros não, serão substituídos. Então que a gente pudesse falar ainda mais sobre isso, porque isso é extremamente importante, porque se as pessoas não tiverem saúde e trabalho, elas não têm nada; se a gente tiver encaminhado na área da saúde, com a nossa saúde também mental, além da nossa saúde somente física, tem, a gente consegue buscar trabalho, consegue renovar, consegue recomeçar, né, que é o que a maioria das pessoas estão tentando fazer.

Então é muito importante que a gente discuta sobre isso, e o que nós, enquanto Câmara, enquanto poder público, enquanto políticas públicas, podemos colaborar para ampliar e para melhorar essas questões. Então por isso a importância desse assunto, a importância de trazer novamente esta pauta que não é só da saúde mental, mas que é de toda a saúde, a saúde como um todo, no pós-enchente. Então, inicialmente, é isso, eu vou passar para os vereadores para que os vereadores possam fazer a sua fala inicial, para a gente poder ouvir a saúde e ver como a gente pode colaborar, Ver.<sup>a</sup> Lourdes.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Ver.<sup>a</sup> Cláudia, eu não falei que hoje seria da área da psicologia, eu falei que já teve, inclusive foi pauta da Ver.<sup>a</sup> Tanise, que a gente falou de outros temas, e cada semana estamos trazendo esses importantes temas pós-enchente. Eu acho que a Ver.<sup>a</sup> Tanise está também com problema de sinal, se ela puder entrar, senão já passamos para o Ver. Oliboni.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Eu estou aqui, presidente, posso falar agora. Bom dia a todos, saudar a presidente da nossa comissão, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, saudar aqui os demais colegas vereadores, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia que encaminhou essa pauta de hoje, e os demais que estão presentes. Dizer para vocês que essa pauta é extremamente importante. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, por ter encaminhado esse tema que trata a questão da saúde de uma forma em geral, e também temos que pensar muito sobre isso. Mas a minha preocupação sempre será a questão da saúde mental e aqui eu já quero deixar algumas perguntas para a Saúde no sentido de como está sendo a programação, o planejamento para a área da saúde mental? Porque essas enchentes, claro, a gente vai ter que agora reconstruir a cidade, mas uma cidade não é feita somente de concreto, uma cidade é feita de pessoas, e nós precisamos cuidar da saúde mental das pessoas. Várias pesquisas indicam que, em situações como essas que nós vivemos de desastre, pode acontecer, ao longo do tempo, o desenvolvimento de transtornos mentais, como transtorno do estresse pós-traumático, ansiedade e depressão. Então, a minha pergunta é: Qual é o planejamento da Saúde nesse sentido? Vão ser contratados profissionais? Até a gente teve uma outra pauta pela COSMAM que foi minha sobre a saúde mental em tempos de pós-enchentes e que a gente discutiu bastante. A reunião foi até 12h30min, foi tarde, e a gente viu que precisa ter mais profissionais da área da saúde mental. Quando a gente fala área da saúde mental não é somente psicólogo, são vários profissionais, então, qual é o plano da Saúde nesse sentido? Porque hoje os Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, são

excelentes, são ótimos, mas é muito difícil tu conseguires uma vaga hoje nos CAPS. Se já era isso antes, imagina agora nessa situação que a gente está convivendo. Então a minha pergunta é essa: Qual é o planejamento na área da saúde mental? Mais uma vez, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, parabéns pela pauta.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Tanise.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Registro a presença da Ver.<sup>a</sup> Mônica. Eu passo a palavra para o Ver. Oliboni; depois, para o Ver. Ramiro, que já estava; e Ver.<sup>a</sup> Mônica. E também aos participantes que tenham interesse de falar neste momento, ou aguardam a apresentação da Secretaria da Saúde.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Obrigado, presidenta Ver.<sup>a</sup> Lourdes. Saúdo V. Exa., saúdo os meus colegas vereadores; de modo especial, a Cláudia que é a proponente dessa pauta de hoje. Conforme a própria Cláudia falou, nós já estávamos debatendo esse assunto na semana passada, e agora o governo vai ter a oportunidade de apresentar para nós não só o plano de ação para a recuperação dessas unidades de saúde e CAPS – são 26 unidades de saúde, vamos dizer, atingidas, mas 15 fechadas. Não somos só nós que queremos saber quando vai reabrir; a população da região que está com a sua unidade de saúde quer saber quando vai ser limpa, quando vai ser recuperada, quando vai estar em funcionamento, qual é a previsão de tempo e onde essas pessoas podem ser atendidas, na medida em que sua unidade de saúde está fechada. Nós percebemos que, ao longo dessa catástrofe, realmente, muitas foram atingidas, não só na saúde, é na assistência, enfim, na infraestrutura, na questão do recolhimento do lixo. Há uma enorme indignação desses cidadãos que moram nessas regiões e que pedem para que o governo apresse o passo. No caso aqui, a saúde tem a oportunidade de dizer como está fazendo, como está operando. Eu tenho conversado muito com os trabalhadores, muitos deles ainda afastados, com dificuldades inclusive de receber o próprio auxílio; têm acessado o auxílio do governo federal, mas do governo municipal não têm acessado, porque o

governo está adotando um corte de renda de meio salário mínimo, obviamente, que esses servidores não estão conseguindo acessar, porque o governo não tem liberado essas 12 parcelas aí de R\$ 1 mil. Parece que tem liberado apenas para quem está no Cadastro Único – CadÚnico, e corte de renda de R\$ 500,00. É impossível essas pessoas serem beneficiadas. Há uma enorme indignação da sociedade, mas cremos nós aqui que essa equipe aí de extrema relevância e importância, tanto a Vânia, como o secretário possam ter aqui oportunidade de quem sabe levantar a autoestima não só dos trabalhadores, mas também da sociedade civil como um todo, para que voltem as suas unidades num tempo mais rápido possível, para atender essa enorme situação de calamidade pública que ainda estamos vivendo em Porto Alegre.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Ver. Ramiro está na telinha, tem interesse em fazer a sua fala? (Pausa.) Ver.<sup>a</sup> Mônica? (Pausa.) Alguém vai falar? A Mônica ou o Ver. Ramiro? (Pausa.) Bem, nós temos convidados que, se tiverem interesse em fazer a fala neste momento, podem usar o microfone que nós vamos ver aqui pela telinha o nome de quem está falando.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Acho que poderia passar para a Saúde primeiro, não é, Ver.<sup>a</sup> Lourdes?

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Pois é.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu acho que a Kelma vai falar. Não é, Kelma?

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Ver.<sup>a</sup> Lourdes, consegui o meu sinal. Sobre a pauta, não sei se posso me manifestar agora.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Pode, Ver.<sup>a</sup> Mônica.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** O sinal não anda muito bom aqui no alto do morro Bela Vista, mas a gente organiza enquanto dá. Eu ouvi atentamente as manifestações e achei a pauta muito interessante e me preocupa a estimativa feita pela pasta municipal, onde são considerados os aspectos relativos à reconstrução (Ininteligível.), que são necessários bilhões... (Problemas na conexão.) que foi danificado. Nessa contabilização, também eu vi que tem a questão das farmácias distritais Navegantes e Santa Marta, o depósito e a base do serviço de atendimento móvel de urgência Navegantes, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, enfim, uma série de questões, e isso é extremamente preocupante, porque, ao mesmo tempo, nós sabemos que a contaminação pelas águas, ouvindo especialistas, como epidemiologista, o Natan Katz, que é um professor da faculdade de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ele destacou que é necessário ter muita atenção com essas doenças, com as intoxicações que provocam várias sequelas e essas também ações de prevenção que nós precisamos tratar em campanhas que trabalhem, que informem, na área da comunicação, que façam uma campanha de prevenção. Por enquanto era isso que eu queria pontuar e vou continuar ouvindo e assistindo a reunião. Obrigada.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Vereadora Cláudia, dê continuidade à coordenação já que você é proponente e conhece os representantes da saúde que estão, e eu acho que também deve ter alguém da Vigilância Sanitária.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Sim, eu acho que a Kelma vai fazer a primeira fala e depois ela já vai passando para cada membro da Saúde que possa ir falando sobre a sua pauta. Bem-vinda, Kelma.

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Perfeitamente, obrigada, vereadora, bom dia a todos. O secretário vai entrar na sequência, e a gente vai chamar os colegas para falar. É importante, a gente agradece o convite para a gente poder fazer

esse debate, essa discussão, e estamos disponíveis para as perguntas. A gente fez uma apresentação, a gente vai tentar ser objetivo nas falas aqui iniciais para a gente poder fazer o debate. Então já vou começar colocando aqui a apresentação, só um minutinho. A nossa intenção então é trazer algumas ações de como está o nosso planejamento no pós-enchente, mas a gente sempre traz a questão da reconstrução e a recuperação desses estabelecimentos que foram impactados, foram as nossas unidades de saúde, 16 unidades de saúde, os medicamentos e materiais, a central de distribuições ali que a Ver.<sup>a</sup> Mônica trouxe, a gente vai trazer também um pouco sobre isso, a vigilância em saúde, a sede, os veículos, a nossa unidade móvel que também foi impactada, as farmácias distritais, a questão dos CAPS, as duas unidades impactadas, a questão do Hospital Santa Ana, que é mantenedora do Hospital Mãe de Deus que também foi bem impactado e a questão da SAMU, a nossa sede, ambulâncias, os veículos. As áreas de serviços então impactados, rapidamente agora já vou passar, acho que a Vânia já está disponível para trazer um pouco das unidades porque vivenciou e visitou todas as unidades, tem bastante propriedade para trazer. A gente tem a questão da diretoria da Vigilância em Saúde, a parte do térreo teve o impacto da laje, a infiltração ali, vocês viram. Não sei se a Vânia já está disponível aqui Vânia, quer continuar ali as unidades, por favor?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Bom dia, cumprimento todos os vereadores, especialmente a Ver. Cláudia, proponente desta temática. A gente teve várias unidades que foram impactadas de uma maneira ou de outra, mas nós tivemos 14 unidades que foram fortemente impactadas e que ainda continuam fechadas, que acredito que seja a maior preocupação de todos aqui presentes, não só desta Secretaria. Então a gente foi, naquele primeiro momento, com toda a movimentação dentro da cidade, o deslocamento e a chegada inclusive de pessoas de fora de Porto Alegre, nós tivemos um período aí com quase 3 mil pessoas de Eldorado, por exemplo, em abrigos, fora as pessoas que ficaram em casas de familiares, de amigos, enfim. Então a gente teve que abrir mão de uma



das premissas da Atenção Primária, que é o território, porque a exemplo do que a gente fez lá na época da covid, então a gente permitiu e ainda vem permitindo que as pessoas que não têm cadastro naquela unidade possam e devam ser atendidas nos atendimentos de Atenção Primária. Então aqui inclui atendimento de Atenção Primária e exames laboratoriais simples. Aqui não inclui, por exemplo: “Ah, então eu vou aproveitar e vou lá resolver o meu encaminhamento para uma cirurgia, para uma avaliação oftalmológica mais grave”. Não, as coisas de Atenção Primária. Eu acho que já foi trazido aqui pela própria Ver.<sup>a</sup> Cláudia que a gente junta um pós-enchente com a entrada do inverno e eu acho que aqui a gente tem talvez um grande diferencial este ano porque a gente estava muito bem organizado para o inverno. Então isso nos possibilitou porque a gente estava – quando olha a Atenção Primária especialmente – muito organizado para a Operação Inverno que poderia estar em conjunto com a dengue, inclusive, que a gente vinha enfrentando números bem importantes nos meses anteriores. Pode passar. Aqui acho que a gente vai passar muito rapidamente, já é desconhecimento de todos, mas essas 14 unidades que estão fechadas realmente são unidades que, na imensa maioria, tiveram entrada de água, aqui por exemplo, Sarandi, pode ver que é uma entrada de água pequena, ela não chegou a mais do que 60 centímetros dentro da unidade. Mas nós tivemos unidades onde a água entrou 2 metros e 20 centímetros. Então ela quase atingiu todo o pé direito da unidade. O Morro dos Sargentos, mesmo tendo ficado com toda essa lama, com toda essa condição, foi uma unidade que a gente reabriu muito rapidamente, ela tem ajustes a serem feitos ainda, mas que não inviabilizam e não deixam ela numa condição sanitária que não possa seguir o atendimento. Então a Morro dos Sargentos e a Lami foram reabertas e restaram as outras 14 que realmente precisam de grandes investimentos e grandes reformas.

Aqui, então, por exemplo, essa é a Ilha do Pavão, foi uma das unidades em que se pode ver que ficou realmente só o teto. Então, é aquela que a água atingiu 100% do... Em poucas unidades nós conseguimos ter tempo hábil de salvar alguns materiais; outras a gente fez algumas tentativas e chegou ao ponto que

o caminhão não conseguiu nem chegar para buscar; e outras onde a gente nem conseguiu organizar, porque teve alguns locais que a subida da água foi muito repentina.

Como é que a gente tem organizado? Essas unidades que vocês estão vendo as fotos são unidades que a gente vai lá, a gente faz primeiro uma inspeção visual, mais feita pelos gestores, pelo gerente local. Depois a gente entra com a parte de desocupação e desobstrução. Tem unidades, por exemplo, que a gente não consegue abrir uma porta, por quê? Porque caiu uma câmara de vacina que foi arrastada pela água. Então, a gente faz uma desobstrução, onde o Exército tem sido um dos nossos parceiros inclusive. Então, além do nosso pessoal, o Exército tem ajudado nessa parte mais da limpeza pesada. A partir da desobstrução, a gente começa a limpeza. O que a gente teve? A gente teve uma situação que atrasou, a gente estava limpando com o Exército até que chegou numa unidade em que, naturalmente tinha acontecido, a água subiu muito, e a gente teve... esparramou-se agulhas, porque aquela caixa amarela em que se coloca todos os resíduos perfurocortantes se desmanchou. Então, o que aconteceu? Quando aconteceu isso, o Exército disse: "Olha, nós não podemos trabalhar nessa condição". Então, a gente teve que primeiro proceder a retirada desses materiais com risco infectante para, depois, a entrada deles, que foi retomada na semana passada.

Tivemos, e já foi até citado aqui, dois CAPS que também foram afetados. Esses dois CAPS eram casas locadas, prédios locados, os demais prédios são prédios próprios. Tivemos a perda das ambulâncias, cinco delas a gente já teve a reposição pelo Ministério da Saúde. Tivemos diversos veículos, porque alguns veículos eles estavam estacionados em locais que foram afetados. Então, tivemos três caminhões, duas caminhonetes, uma Kombi e uma Van pode. E daí a gente teve que rapidamente reorganizar todo esse fluxo de atendimento. Então, a primeira coisa, a gente foi possibilitando, aquilo que eu já disse, a abertura para as unidades. Então, nós deixamos de ter aquela coisa de a pessoa ter que buscar o seu território, até porque alguns não tinham mais o seu território. Realocamos os profissionais, a imensa parcela das unidades de saúde que

foram afetadas, nós trabalhamos com parcerias. Então, nós temos uma contratualização também com essas parcerias. Então a gente teve todo o cuidado de estar, a cada dia, avaliando aqueles trabalhadores que estavam em condições de acessar Porto Alegre, que não tinham perdido suas casas, que estavam em condições de trabalhar, que todos aqueles estivessem exercendo a sua atribuição em diversos locais. Num primeiro momento, foram os abrigos, então a gente foi, no início, no primeiro e segundo dia, a gente conseguiu deixar as próprias equipes com as pessoas que estavam abrigadas de determinadas regiões. A partir do terceiro dia, com aquele vulto imenso de abrigos, isso infelizmente as pessoas não eram mais alocadas no mesmo lugar. Então, a gente garantiu atendimento em toda a cidade em algum grau. Elencamos os maiores abrigos para ter equipes fixas e os outros, as unidades de saúde davam respaldo, muitas vezes, para os voluntários da área da saúde ou não da área da saúde. Fomos buscando, paralelo a isso, a vinda de diversos lugares do País de unidades móveis de saúde, que algumas, os senhores devem ter visto por aí já, as carretas de saúde. Buscamos espaços comunitários à medida que a água começou a baixar, a gente foi buscando espaços comunitários para retomar atendimentos. Locamos, tivemos que locar contêineres; só para vocês terem uma ideia, então, por exemplo, para colocar medicamentos que exigem – especialmente insulina que exige uma rede de frio, nós estávamos com todo nosso centro logístico embaixo d'água – então, a gente teve que locar contêineres também refrigerados. E, já nesse período, locamos prédios, dois novos prédios em área não alagável, conforme o conceito fora da mancha, para a nossa central de medicamentos e a central de materiais, que ambas ficaram alagadas.

Aqui alguns exemplos daquilo que nós estamos chamando hoje de unidades alternativas. Junto com o Estado fez uma parceria com o Sesi. Então, o Sesi tem disponibilizado unidades móveis e barracas de saúde para que nos apoiem nesses atendimentos. Também uma parceria, vocês estão vendo na foto central ali com o CTG Vaqueanos, no bairro Humaitá, que é um posto avançado da

Prefeitura para várias áreas, mas que hoje 70% do espaço dos atendimentos são de saúde lá dentro desse CTG.

Aqui algumas carretas, então, a gente tem carretas desde instituições religiosas, instituições privadas, as unidades do Sesi, ali vocês podem ver bem à direita é dentro do pátio da unidade saúde Navegantes, nós temos três barracas do Sesi que dão suporte para o atendimento continuar, inclusive atendimento de saúde mental.

Aqui mais alguns espaços também de atendimentos. Aqui uma carreta também no centro é unidade própria; na esquerda uma unidade que está trocando de local que também é de uma ONG, e bem à direita da Polícia Rodoviária Federal, uma unidade de saúde preventiva que está conosco já há mais de 40 dias.

Hoje a gente tem uma definição bem fácil e bem desenhada, os moradores da Ilha da Pintada, que a unidade está fechada, tem um posto avançado na Escola Almirante Barroso, que fica colado à praça principal da Ilha; na Marinheiros e na Pavão ainda estamos com a unidade itinerante, então a gente vai com equipes itinerantes atendendo, a gente acredita que no máximo em 10 dias nós vamos conseguir ter unidade móvel lá na região; Asa Branca, a gente tem uma unidade móvel na Escola Miguel Velasques, que fica bem dentro da comunidade, a Diretor Pestana retornou, na semana passada, o atendimento na igreja Miguel Arcanjo, que fica a 300 metros da unidade; a Navegantes, no próprio pátio da Navegantes; a Sarandi no próprio pátio; Fradique e Farrapos nos postos avançados da praça do Sesi e no CTG Vaqueanos; a Mário Quintana iniciou hoje pela manhã no próprio pátio, com unidades do Sesi; Nova Brasília e Vila Elizabeth atendemos no posto da Praça Lampadosa, com unidades móveis e barracas. A farmácia Navegantes, a gente transferiu para dentro do CTG Vaqueanos, então atende todo Navegantes e Humaitá; o CAPS Céu Aberto no abrigo Dias da Cruz, não na modalidade 24 horas, mas na modalidade dia, e o CAPS Pernambuco dentro do CTG Vaqueanos da Tradição, também na modalidade dia. A Unidade Santa Marta: iniciamos com unidade móvel no Shopping Total e agora estamos com tendas no Parque da Redenção, na Unidade de Saúde Modelo e uma unidade móvel própria do Município no Largo

Zumbi dos Palmares, além de uma unidade odontológica também no Largo Zumbi dos Palmares. Acreditamos que no máximo até o dia 15 o Centro de Especialidade Odontológica estará também ali no Largo Zumbi dos Palmares, numa unidade móvel. A Farmácia Santa Marta foi para o Modelo, a referência, e nós aumentamos, como a demanda estava ficando pesada, a gente aumentou o número de guichês na farmácia do Modelo para dar vazão ao atendimento. A Unidade Mapa é uma unidade que vinha já com problemas estruturais, mas que estavam dentro do limite da segurança, com as frequentes chuvas foram se agravando, e nessa última chuva agravaram-se enormemente, então ela foi interditada, é uma estrutura condenada. Nós estamos no atendimento numa unidade móvel da Polícia Rodoviária, e ela foi estacionada ao lado do Cemitério Jardim da Paz, e a Unidade de Saúde Panorama também dando suporte, e quem precisa ir para lá e não tem condições recebe o vale-transporte assistencial.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Esse vale-transporte é retirado onde, Vânia?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Em relação a esse vale-transporte, a gente tinha uma emenda parlamentar, que foi adquirido.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Mas onde as pessoas conseguem o vale para se locomover?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Na própria unidade de saúde, quando a unidade de saúde faz o acolhimento e agenda a pessoa para consultar a Panorama, a pessoa diz que é de longe e não tem condições de ir, aí é fornecido, mas, se a pessoa está na Panorama por conta própria, ela também vai ser atendida.

Uma das coisas que muito nos mobilizou, desde o primeiro dia, foi o quê? A gente sabe que, assim como nós perdemos em torno de R\$ 6 milhões em medicamentos dentro do nosso Núcleo de Medicamentos, as pessoas perderam seus medicamentos em casa. O que a gente tentou fazer a todo instante –

inclusive nisso a gente também teve uma assessoria do próprio Ministério da Saúde, de Médicos Sem Fronteiras, enfim, de várias organizações que lidam muito com catástrofes de todos os graus –, a gente buscou: “Nós temos que cuidar da crise, da emergência, mas nós não podemos deixar de cuidar do que a gente sempre faz”. Então uma atenção muito grande foi dada aos pacientes crônicos, aos pacientes que usam medicamentos continuados, sejam eles clínicos, sejam eles de saúde mental, sejam eles da infectologia, enfim, a gente montou estratégias muito rapidamente para ter esse cuidado.

A primeira coisa foi que dentro dos abrigos a gente tinha um esforço de fazer a renovação de receitas e dispensação de medicamento; depois a gente foi ampliando a validade de quem tinha sua receita ou quem estava recebendo a sua nova receita, fazer valer por 60 dias para os controlados e por um ano para os não controlados – os medicamentos para diabetes, pressão alta, asma, enfim. Liberamos o acesso ao medicamento para quem era de fora de Porto Alegre, porque a gente entendia que nós tínhamos aqui uma transição importante naquele momento; possibilitamos que a pessoa chegasse numa farmácia e dissesse que perdeu a receita, acessava-se o sistema DIS – que é o sistema de Dispensação de Medicamentos –, olhava: “A Dona Kelma toma esse medicamento”, e fazia a dispensação. E houve muita entrega de medicamentos para diabetes e novos aparelhos, as pessoas perderam também o aparelho, que é uma espécie de comodato que ela tem, elas também perderam na água, e a gente entregou. Tudo isso está versado nesse memorando no processo SEI que está aqui descrito.

Depois eu vou falar um pouco mais à frente da Operação Inverno. Essas são unidades com farmacêuticos também aos finais de semana, então as nossas unidades da Operação Inverno contam com farmacêutico para receber também os seus medicamento.

Aqui também o cuidado, associando a doença de enchente, que a gente sabe que esse acúmulo de pessoas, o estar fora da casa, o estar em áreas úmidas também pioram a condição respiratória. Nós temos aqui um trabalho que ele já vem, há algum tempo, sendo feito e ele foi reforçado na manutenção, que é o

---

uso do espaçador e a orientação por farmacêutico também. Então isso, a gente tem muita evidência do quanto melhora e a gente também teve todo esse cuidado de manter nesse período. (Pausa.)

Aqui, um novo núcleo de dispensação de medicamentos que foi locado agora há poucos dias, com uma maior capacidade, um local fora da área da mancha da enchente, com uma boa logística e onde a gente, nesse momento que vocês veem aqui espalhado por ali, é o trabalho que a gente tem tido neste momento sobre as doações. Eu acho que aqui cabe inclusive a gente trazer o quão importante foram as doações e estão sendo as doações na cidade, mas também, em algumas áreas, uma dificuldade que gerou para a nossa logística. Nós recebemos uma quantidade indiscriminada de medicamentos que não se usam no Sistema Único de Saúde, uma quantidade imensa de medicamentos, muito especialmente amostras grátis, um prazo de vencimento muito curto. Não sei se todos os senhores sabem, mas quando a gente tem um medicamento vencido, ele tem que... Não é simplesmente abrir a lixeira e descartá-lo, tem regras para isso. Então, infelizmente, a gente deduz que alguns representantes nesse momento aproveitaram para doar e fazer uma espécie de descarte. Então a gente ficou com um quantitativo importante de medicamentos, um prazo que a gente não vai talvez usar, porque são medicamentos, às vezes, não de uso rotineiro, medicamentos que estão totalmente fora da relação do SUS, e hoje nós estamos lidando com essa problemática. Então junto com isso, claro que vem, e daí é muito mais do cidadão comum, não é de uma empresa, do laboratório, mas daí vem um medicamento vencido, vem um medicamento aberto que não pode ser utilizado. Também, juntando todos os lugares que receberam, e hoje tudo isso veio para o nosso núcleo, isso gerou um quantitativo muito, muito importante que nós vamos ter que contratar a empresa para fazer o descarte adequado. Então hoje, felizmente, nós já estamos no novo núcleo para conseguir ter essa logística de organização. (Pausa.)

Aqui também, a gente fez uma rota; talvez, se os senhores ouvirem em alguns momentos, está faltando medicamento. Nós tivemos um período em que a logística, nós conseguimos fazer a aquisição, isso também foi uma preocupação

muito imediata da nossa assistência farmacêutica, e a gente fez aquisição até por atas de outros estados, já que a gente não tinha aqui, que ele pudesse também nos abastecer. Então a gente fez toda uma logística para priorizar aqueles medicamentos que mais estavam em falta nos determinados locais. A gente acredita que, ainda no mês de julho, nós vamos ainda estar organizando para a gente dizer: “olha, está tudo cem por cento”. Então neste momento, os nossos farmacêuticos aqui da assistência, eles montam rotas prioritárias com medicamentos que são mais usados nesta época, com locais que têm uma maior demanda, mas infelizmente a gente não pode dizer que já chegamos na normalidade cem por cento; por isso, a gente reforça muito o uso do Onde Está Seu Medicamento, que é aquele QR Code que a pessoa remete, onde ela tem um medicamento que ela precisa retirar.

Nós conseguimos, aqui eu não posso já deixar, vários vereadores aqui, a gente conversou muito no decorrer do último ano sobre emendas parlamentares, então aqui eu já deixo um convite aos vereadores e a quem quiser nos contemplar nas próximas emendas parlamentares com uma verba para a gente fazer a farmácia móvel. Nós, gentilmente, pela Secretaria de Transparência e Controladoria e através do nosso Procon, recebemos o ônibus do Procon emprestado, que é este da foto aí que vocês podem ver. Como ele tem uma mesinha, a gente conseguiu montar um consultório para o farmacêutico, ele tem bastante armário, que o pessoal guardava os materiais, mais impressos, enfim, a gente conseguiu montar uma farmácia móvel. Essa farmácia está sendo hoje uma grande aliada de a gente levar medicamentos em regiões que têm muita dificuldade de chegar nas unidades, já tinha dificuldade, então a gente já tinha alguns atendimentos, e agora a gente está fazendo esse combinado: a gente vai com atendimento e a gente leva a farmácia móvel já para fazer a dispensação. Claro que aqui a gente está falando de um empréstimo do Procon, que é temporário, mas já fica um ponto aí para a gente pensar em colocar esse equipamento fixo dentro da saúde, porque realmente a gente está vendo que tem muito sucesso.

O Celme, que é o nosso Centro Logístico de Medicamentos Especiais também foi afetado, porque a gente teve ali toda a região da Lima e Silva alagada, e um



pouco da João Pessoa; então nós tivemos que retirar, não perdemos medicamentos. Aqui também, eu acho que depois talvez a Evelise vai falar, não perdemos medicamentos do Celme e não perdemos imunobiológicos. Perdemos medicamentos nas nossas unidades sim, perdemos materiais nas unidades sim, mas aqueles que a gente conseguiu ter uma organização e um tempo, como foi o caso do Celme, nós não perdemos nada. Então, por aquele período que ficou alagado, a gente se estruturou provisoriamente no IAPI. O sistema Ame, que é da Procergs, ele ficou indisponível por um longo período. A gente buscou fazer todo o atendimento possível, inclusive, fomos bastante insistentes com o Estado nessas liberações. Os laudos foram renovados automaticamente até outubro, e, na Farmácia Navegantes, que era um ponto de abertura dos processos para o Estado, os CTG Vaqueanos, na nossa farmácia improvisada improvisada, está fazendo. Aqui o número de atendimentos que o Celme faz em média, mas já está normalizado no seu espaço.

No período de maio e junho, a gente ficou com uma situação, como a gente não conseguia atender nos estoques porque a gente não tinha medicamento mesmo, num primeiro momento, aquelas dispensações que normalmente eram feitas para 60 dias, a gente retrocedeu para 30, e agora a gente já retoma 60 dias e completa aquelas que ficaram faltando. E todas as pessoas que têm uma receita válida de 1º de novembro de 2023, vai valer até 31 de outubro de 2024. E quem receber depois vai valer também por 360 dias. E os controlados voltam, mais uma vez, com o tempo, para retirar até dia 30 de julho, que são dos 60 dias que a gente fazia antes.

Também tem um medicamento que é o Paxlovid, esse é o seu nome comercial, é uma combinação de medicamentos que é usado para as questões virais, e aqui no Covid não é para todo mundo, não é uma profilaxia, ele é medicamento ou indicação. Ele só era retirado no Celme, então, agora, a gente conseguiu – vocês podem ver nesse quadrinho mais abaixo – disponibilizar dentro das farmácias distritais e dos prontos atendimentos. Então melhorou enormemente o acesso para as pessoas, até porque a Celme é somente de segunda-feira a sexta-feira, então, agora, também amplia nos prontos atendimentos.

---

Saúde mental – eu acho que já teve uma pauta, então eu trouxe só aqui um lembrete. Nós tivemos o privilégio de sermos, eu diria até que acolhidos, talvez, o termo, nós sermos instruídos e orientados pela Débora Noal, que é uma psicóloga extremamente renomada dentro de todo País e fora do País, em organizações internacionais para desastres. E o que a gente focou? Primeiro os cuidados psicológicos. Então com referências internacionais e aqui do País de como fazer esse cuidado. Quando a gente fala sobre primeiros cuidados psicológicos, a gente não está falando cuidado por psicólogo obrigatoriamente, a gente está falando de cuidado psicológico na área da saúde, onde a gente foi trabalhando com todas as equipes nessa abordagem.

Junto com isso, a gente teve, dentro do Termo de Cooperação entre o Sesi e o Estado do Rio Grande do Sul, a possibilidade de contarmos – já estão praticamente completas, chegando ainda trabalhadores esta semana – dez eMulti de saúde mental. Por que a gente diz eMulti? Porque a gente tá trabalhando na lógica das eMulti, que a gente vai trabalhar conforme portaria ministerial. Mas aqui nós estamos trabalhando: são trios de 40 horas de duas psicólogas e uma assistente social de 30 horas. Que estão trabalhando aonde? Nesses espaços alternativos que nós estamos atendendo. Nesses espaços alternativos que é onde a maioria das pessoas que chegam estão afetadas mais diretamente pelas cheias. Então são 10 equipes que a gente fez a tratativa com o Estado, oito já estão em funcionamento e duas estão, nesta semana, chegando. Quando elas chegam, elas são acolhidas pela nossa coordenação de saúde mental, que orienta esse trabalho. Esse é um trabalho temporário de 90 dias. E, paralelo a isso, nós estamos em fase de contratação de 13 eMulti também de saúde mental, daí são de 20 horas por semana, com um dinheiro de uma portaria do Estado, que é a Portaria nº 300, que nós recebemos R\$ 240 mil, o que vai ser possível a gente contratar 13 eMulti para a Zona Norte por cinco meses de vigência. Quatro ou cinco, perdoe-me se eu me enganar, são quatro ou cinco, que o valor foi suficiente. Então isso nós estamos falando de temporários. Aí a gente está falando que 10 eMulti não só saúde mental, porque saúde mental é um foco fundamental, mas ele não é o único afetado e agravado

pelas condições. Então, nós estaremos com a previsão para agosto, no máximo, setembro, fechando os contratos de 10 eMulti, aí eMulti gerais, onde elas terão o componente de saúde mental, mas também os componentes da nutrição, da fisioterapia, da fonoaudiologia, da educação física e do serviço social em algumas delas, não em 100%.

Da minha parte, é isso, creio que agora vem para a parte da vigilância. Depois, eu acho que, nas perguntas, a gente pode completar com mais algum detalhe.

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Obrigada, Vânia. A Evelise está um pouquinho com dificuldade, estava sem internet na Vigilância, não sei se a Evelise conseguiu entrar?

**SRA. EVELISE TAROUÇO DA ROCHA:** Sim, peço desculpas que eu estou usando a internet do celular, porque aqui, na Vigilância, caiu a rede, a gente está tentando resolver. Bom, vou falar, então, da parte da Vigilância. Aqui a gente colocou algumas publicações que foram feitas nesse contexto das enchentes e alagamentos, que a gente fez algumas orientações iniciais, a gente já tinha, dos eventos anteriores que nós tivemos lá em 2023, a nota técnica que agora se transformou numa nota técnica das recomendações para mitigação de riscos nos locais, situações de abrigagem, especialmente nos abrigos temporários. Então essa é uma recomendação, para quando há necessidade de instalação de abrigos temporários, de alguns cuidados para que a gente minimize os riscos sanitários, ambientais e epidemiológicos, considerando riscos de transmissão de doenças também. Então esse foi um dos documentos. Esse documento nós fizemos no ano passado, e a gente vem se baseando nele a cada situação, a cada evento, que, infelizmente, não têm sido infrequentes na cidade, para a gente percorrer os abrigos instalados, para a gente poder fazer as orientações às equipes que estão nos locais, aos coordenadores dos abrigos, para a gente tentar reduzir danos decorrentes da própria abrigagem. Então, a gente se baseia nisso para fazer as vistorias da Vigilância, sempre no sentido de orientação para esses locais, para a redução de danos mesmo. Esse foi um dos primeiros

documentos que nós lançamos, depois nós fizemos algumas orientações para a retomada das atividades, sejam em serviços de saúde, que é o segundo documento que está aqui. Então, com relação às orientações para a retomada das atividades nos serviços de saúde, nós fizemos as recomendações gerais para os trabalhadores – o documento que o Centro de Referência e Saúde do Trabalhador elaborou, com as recomendações gerais para todos os trabalhadores que iriam entrar novamente nos seus ambientes de trabalho, fazer higienização, proceder com a limpeza – e fizemos documentos específicos para as escolas de educação infantil também, em relação aos cuidados com os alimentos, com a limpeza, com a higienização de reservatórios, higienização de brinquedos, os espaços coletivos, os espaços com areia, enfim, onde as crianças brincam; e fizemos também recomendações sobre a higienização de reservatórios. E a gente tem feito um trabalho aí junto com a Unicef, Cruz Vermelha e outros parceiros, especialmente nas ilhas, e neste momento estamos lá no Sarandi fazendo essa orientação com os cuidados em relação aos reservatórios de armazenamento de água. A gente tem feito algumas ações durante o evento, então nós fizemos ações nos locais de abrigagem e nas ILPIs, a gente enfatizou os locais onde estavam localizados dentro da mancha de alagamento. Então, nós fizemos uma força-tarefa para percorrer esses locais e fazer as orientações e ver como estavam, a situação, e agora a gente vem se deparando com ações sanitárias, que são decorrentes agora; já é o pós-enchente. A gente tem recebido muitas demandas, sejam do 156, sejam da população, sejam da própria polícia, principalmente da Delegacia do Consumidor, do Procon, que têm feito as denúncias de locais que estão comercializando produtos decorrentes da enchente, então nós temos feito, a Vigilância, especialmente a Vigilância Sanitária, junto com esses órgãos, ações de fiscalização. Na semana que passou, a gente fez uma grande ação junto com Polícia Civil, Decon, Procon, num grande depósito onde foram apreendidas mais de cinco toneladas de alimentos e produtos de limpeza que estavam sendo reaproveitados para a comercialização. Então, a gente tem feito a fiscalização e o reforço das orientações no serviço de interesse à saúde, especialmente ILPIs

e residenciais terapêuticos, e os locais de alimentação, restaurantes e locais com armazenamento de alimentos e água para o consumo humano. Aqui são os alertas, nós temos um programa nacional chamado Vigidesastres, do qual a gente tem pontos focais aqui na Vigilância em Saúde, onde a gente fez todo o mapeamento dessa área de alagamento, não só de alagamento, mas o mapeamento das zonas de risco, seja de alagamento, seja de inundação, seja de deslizamento, movimentos de massa. Nós fizemos isso, colocamos dentro de um mapa, onde a gente consegue visualizar os locais afetados e os locais com risco de serem afetados em eventos futuros. Os alertas, o acompanhamento e o monitoramento do nível do Guaíba; e os alertas conforme as previsões, os alertas do Inmet, que emitem, a gente faz essa comunicação também à rede para a preparação. Essa parte é a vigilância das doenças relacionadas a enchente, então a gente tem alguns agravos, algumas doenças em alguns agravos que a gente tem monitorado, decorrentes da enchente, então uma delas é a leptospirose. A gente colocou, isso está tudo publicado no *site* da Vigilância. Aqui é o cenário epidemiológico, esse primeiro à esquerda, os dados de leptospirose – nós tivemos, até o final da semana passada, 1.765 casos notificados, ou seja, casos suspeitos de leptospirose; desses, nós tivemos 66 casos confirmados e tivemos quatro óbitos confirmados por leptospirose. Aqui é importante a gente falar que a orientação e a recomendação de caso suspeito de leptospirose é iniciar imediatamente o tratamento. Então, essa comunicação que a gente fez desde o início do evento, reforçando, foi uma das primeiras notas técnicas que nós lançamos, lá no início de maio, reforçando todo o fluxo de notificação e as condutas relacionadas à leptospirose. Para a leptospirose nós não aguardamos qualquer tipo de exame para tratamento; se a pessoa tem sintoma, se ela teve contato com qualquer água ou lama da enchente, imediatamente ela precisa iniciar o tratamento. E essa é a comunicação que a gente faz com a rede de atenção à saúde, seja atenção primária, seja pronto atendimento, seja hospital. Casos de hepatite A – nós tivemos poucos casos notificados, sete casos; nós tivemos alguns casos confirmados que não são relacionados à enchente, a gente colocou para vocês terem uma ideia de qual é

o nosso volume de casos confirmados de hepatite A na cidade, mas, desses casos, dessas sete notificações, somente nós tivemos um relacionado à enchente. Doenças diarreicas agudas – nós tivemos dois surtos importantes em investigação, com um volume de mais de 30 pessoas envolvidas. Então a gente tem feito esse monitoramento junto com os locais de abrigagem, ILPIs e escolas. Cenário epidemiológico pós-enchente, em relação às violências: nós tivemos, especificamente nesse período do evento, 513 notificações. Se a gente for olhar aqui – está pequeninha, estou no celular, não estou enxergando direito – em 2023, no mesmo período, a gente teve 464, acho que é esse o número ali. Então a gente observou, sim, que nesse mesmo período a gente teve um aumento de notificações de violência nesse período. E a gente fez, no quadrinho abaixo, os que a gente conseguiu relacionar a locais de abrigagem, conforme cada uma das semanas do evento. Então nós tivemos pouquíssimas semanas, acho que só uma semana, que a gente não teve nenhuma notificação relacionada a abrigos ou habitações coletivas decorrentes do evento.

O contexto ambiental da dengue: a gente já falou na última reunião da COSMAM, eu acho que não é uma novidade aqui que a gente vem passando, desde 2022, uma situação bastante crítica em relação à dengue na cidade. E agora agravada com esse contexto ambiental em que a gente teve inundação, em que a gente tem muito resíduo ainda na rua, em que a gente tem locais provisórios também de acondicionamento desses resíduos até que eles saiam dali vão para a destinação final. Então isso é uma situação bastante preocupante, sem contar todo o lixo tem, que foi parar também nos arroios da cidade.

Em relação à dengue, o que a gente tem feito, além das ações... Obviamente a gente ficou num período e, durante todo o período do alagamento, as ações de aplicação de bloqueios químicos, ações de manejo mecânico também ficaram prejudicadas. Mas, passado esse período, a gente retomou todas as ações com os agentes de endemias nos territórios, já retomamos o nosso sistema de monitoramento das armadilhas. Não cem por cento, porque algumas áreas ainda encontram-se afetadas como, por exemplo, na Região Norte no Sarandi, a gente não conseguiu ainda retomar todas as armadilhas naqueles locais. Então a gente

já retomou todo nosso sistema de vigilância. E, numa parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e com o Centro de Vigilância Estadual de Saúde, nós iniciamos um piloto de uma nova estratégia de prevenção do *Aedes aegypti*, que é a aplicação de inseticida residual. Para quem acompanha já a aplicação dos inseticidas da dengue, o que a gente aplica nos bloqueios químicos é um inseticida que atua no momento sobre o mosquito já voando. Então ele não tem efeito residual, tem efeito no momento sobre a infestação de mosquitos que está ali presente no momento da aplicação. Essa nova estratégia é uma aplicação que se faz em superfícies, o nome dela é BRI – Borrifação Residual Intradomiciliar. Porque ela foi pensada, inicialmente, para ser realizada intradomicílio, dentro de espaços, não é para ser uma aplicação assim na rua sobre algumas superfícies. Então ali na foto vocês podem ver o aplicador, é uma técnica que se aplica, tem que ser feita... A gente fez a testagem de fazer a aplicação em abrigos que estavam em funcionamento, pensando já na proteção daquelas pessoas. Claro, a gente fez essa análise de quais abrigos não seriam desmobilizados para que a gente pudesse focar a estratégia em abrigos que fossem ficar por mais tempo. Então a aplicação é feita, e esse inseticida fica ali residualmente por um período estimado de quatro meses. Então é a primeira vez que a gente está usando essa estratégia aqui na cidade e agora a gente vai monitorar e ver se a gente vai ampliar essa estratégia para outros locais, especialmente locais de grande circulação de pessoas, como unidade de saúde, escolas. A gente vai testando essa estratégia para ver se a gente tem melhores resultados do que a aplicação do inseticida no ambiente, que é o que a gente faz comumente. Qual é a ação dele? Ele fica na superfície, quando o mosquito vai lá e pousa na superfície, ele se contamina com o inseticida e morre. Ele dura aproximadamente quatro meses. Também tem que se ter cuidado nos locais de aplicação porque ele não é exclusivamente para o *Aedes aegypti*, ele pega qualquer inseto que pousar nessa superfície. Então a gente também tem que ter esses cuidados ambientais.

Em relação à leptospirose, nós fizemos desratização no entorno de abrigos também. As demandas do 156 também aumentaram bastante; claro, quanto

mais entulho, mais lixo na cidade nos locais; maior a presença, maior a atração para os roedores. Então a gente tem feito também essas ações, claro, dentro das possibilidades da nossa equipe. Nós temos uma equipe pequena para dar conta de toda cidade então a gente vai fazendo nos locais prioritários.

Em relação à potabilidade da água, a gente retornou... Isso é uma questão que tem surgido bastante dúvida, assim que se restabeleceu toda rede do DMAE de abastecimento de água na cidade, nós imediatamente retomamos a coleta de água nas pontas de rede do DMAE. Porque a gente faz uma dupla checagem, digamos assim, tem a todo o controle do DMAE em relação à potabilidade da água, e nós temos um programa nacional, que é o Vigiagua, que também faz a vigilância da qualidade e potabilidade da água. Então a gente faz tanto o acompanhamento das redes de abastecimento do DMAE quanto das fontes alternativas que existem espalhadas pela cidade. E, neste momento, especificamente, a gente recebeu muitos filtros, muitas máquinas, muitas doações de equipamentos para tornar a água potável, e a gente tem feito então a análise. Essa análise é tanto em relação à cloração da água quanto à microbiológica, a presença de coliformes fecais ou outros microrganismos que possam trazer riscos à saúde. Então, isso a gente tem feito, e ações também de orientação à população em relação ao consumo, especialmente dessas fontes alternativas. Tu segues, Kelma, com o próximo *slide*?

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Sim, aqui a gente trouxe o documento orientador, que é para os abrigos. A gente fez uma capacitação para todos os coordenadores de abrigo e disponibilizamos o documento. Aqui trazemos algumas informações que já fomos falando ao longo da apresentação sobre como organizamos o planejamento das ações e dos recursos: reuniões individuais com a apresentação das propostas, do que a gente precisa, o que a gente está planejando para executar, qual é a nossa proposta para levar também para o prefeito, as propostas de atendimento. Os próximos passos que a gente já vem executando incluem o cadastro no InvestSUS, que a gente já teve agora. Novamente, fomos contemplados com uma policlínica. Temos a questão da



limpeza, desinfecção e avaliação técnica e estrutural dos imóveis, que agora eu trouxe ali como é que está sendo o passo a passo cada vez que entra no espaço. A questão da entrega dos locais locados, locação de espaços. Encaminhar o processo para a demolição, a questão da US Mapa, que a Vânia também já trouxe.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Kelma, se tu me permites comentar essa parte para que todos entendam. Então, a primeira fase era aquela que já aconteceu em todas: baixar a água, e a gente entrar. Aí a gente vai para a fase, como eu disse, de desobstrução, fazer a limpeza pesada. Feita a limpeza pesada, entram os engenheiros para fazer uma análise rápida. O que é uma análise rápida? É aquela avaliação que não é detalhada, não é um projeto, mas já vai ver ali que a água atingiu até essa altura, pegou as duas linhas de tomadas, por exemplo, de elétrica, então, 100% da elétrica tem que ser revisada. Não, a água foi só aqui embaixo, então só a elétrica de baixo que precisa de revisão. Pegou a subestação, pegou o quadro geral, falando de elétrica. Olha, ficou 30, 35, 40 dias com água, o reboco não tem condições de ser reaproveitado, então essa unidade tem que tirar todo o reboco e refazê-lo. Soltou o piso, soltou o azulejo. Não precisa nem ser da área técnica, qualquer um de nós que entre lá vê que todas são esquadrias de madeira. Todas as esquadrias de madeira apodreceram, elas se soltaram, algumas abriram, algumas caíram. Todo lugar que tinha divisória leve ou gesso acartonado, 100% precisa ser trocado. Então, a primeira equipe de engenheiros, que é aqui da nossa sede, da secretaria, faz esse levantamento rápido e faz uma estimativa de custo: “Olha, essa unidade precisa em torno de R\$ 500 mil para a gente reformar isso e isso e isso.” Então, num primeiro momento, quando a gente estava embaixo d’água, a gente pensava assim: “Vamos ter que fazer tudo novo, vai estragar tudo.” Não, a maioria a gente vai conseguir reformar, mas esse grau de reforma é diferente de uma para outra, porque as estruturas também eram diferentes, o tempo de água e a altura da água. Então, esse é o primeiro momento. Quando ele faz isso, ali junto, a gente já vê se aproveitou alguma coisa de mobiliário. Lami, Morro dos Sargentos e

Sarandi, a gente teve algum aproveitamento. Infelizmente, na imensa maioria, a única coisa que a gente está conseguindo aproveitar é o material de inox e algum material plástico, tipo uma longarina de plástico, que será lavada, desinfetada e vai usar, a lixeira de plástico, coisas assim, que são possíveis. Agora, tudo o que envolvia estofado está sendo descartado por óbvio, e os eletrônicos estão indo para avaliação ainda, estão precisando da avaliação, 99% não funcionam. Alguns valerão a pena consertar, outros que terão um custo muito alto já nem valerão a pena consertar.

Agora, a próxima fase que a gente inicia nos próximos dias é o quê? Bom, lá na unidade Sarandi, já baixou a água, já foi feita a limpeza, já foi feita a avaliação, nós vamos fazer o projeto. E daí o projeto, sim, vai dizer exatamente o custo dessa reforma, e então a gente vai para a contratação da reforma. Nas unidades que são parceirizadas, exclusivamente parceirizadas, esse trabalho será feito via nossa parceria, que, na imensa maioria, é a Santa Casa, uma é IB e uma é Vila Nova. Então, a gente vai lá e, como já temos no fluxo, que eu acho que a gente já falou aqui em outros momentos, do FRIM, a gente tem um regulamento. Dra. Márcia Bento, a gente conversou isso acho logo que nós chegamos aqui e a gente apresentou o regramento que estava montando. Então, vai obedecer ao regramento do FRIM, mas ele vai funcionar num contrato tipo aditivo específico para aquela volta à operação. Por quê? Não é um desvio de objeto, tendo em vista que a operação parou por falta das condições. Então, é a maneira mais rápida de a gente fazer isso, e é importante os senhores saberem que, sendo a mais rápida, não é rápida, não é uma coisa que a gente consiga fazer na velocidade da casa da gente, por óbvio. Então, a gente está centrando algumas áreas mais prioritárias, que são para dar conta do atendimento daquelas regiões. Hoje, a nossa prioridade número um é o Santa Marta, por conta dos cinco andares que estão parados por falta de energia. Para os senhores saberem, dentro do Santa Marta nós temos uma subestação de energia. Essa subestação de energia, a gente está encaminhando agora, no máximo em 10 dias, a revisão dela. Mas só para fazer essa revisão, é em torno de R\$ 150 mil, da energia. Então, vamos restabelecer energia e água para poder funcionar do segundo ao

sexto andar. Depois, vamos fazendo a reforma do térreo, paralelo a isso. A gente está nesse ritmo. Como a Kelma colocou, nós já fizemos a solicitação de mobiliário e de equipamentos. Estamos contando com a vinda de apoio do InvestSUS, que é do Ministério da Saúde. Não temos ainda essa aprovação, mas estamos contando com esse apoio para auxiliar nessa aquisição. Especificamente, que está ali embaixo, a questão de unidade móvel, eu acho que é no próximo *slide*, que é a questão das ilhas. Qual é a grande linha...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vânia, nós temos muita apresentação ainda?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Não, não.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Uns 15 minutos para dar meia hora, para os vereadores poderem fazer as perguntas e vocês poderem responder. Eu acho que fica bom.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** As fontes de recurso, então, a gente está buscando todas as possíveis. Vamos passar essa parte. Queria trazer essa aqui. Uma das coisas que a gente tem discutido em todos os espaços, inclusive com uma insistência muito grande por parte do próprio Ministério da Saúde, é a construção de unidades resilientes. A gente fez uma grande discussão sobre as ilhas. Vamos pensar, por exemplo, que a Ilha da Pintada entrou água em setembro, entrou água em novembro; a gente não tinha nem terminado todas as reformas, e ela ficou agora totalmente alagada. Então, o que a gente está buscando para essas regiões das ilhas? Unidades mais resilientes, e dentro dessa ideia de resiliência, pela experiência que nós passamos aqui nesse período, nós estamos buscando a possibilidade de carretas de saúde. Por que carreta? Não uma carreta que vai lá de manhã e sai de noite, uma carreta que ficaria lá como se fosse a unidade, numa área específica, com uma estrutura mínima, mas que no caso de uma enchente, a gente engata o motor e leva para

a BR, leva para um abrigo onde as pessoas estão indo, leva para dar... Primeiro, cuidando do patrimônio e da estrutura; e segundo, continuando a atenção, que hoje a gente sabe que quando as pessoas saem, fica fragilizada. Então, estamos na fase de projetos e orçamentos dessas carretas, e obviamente em busca do dinheiro para as ilhas. Essa seria, assim, nas ilhas a nossa pretensão é não reformar as unidades que lá estão, tendo em vista o alto investimento e o alto risco por ser uma zona que historicamente sofre com alagamentos. Não sei o que mais... Acho que em termos de projeção...

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Pois é, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, acredito que sim, o secretário tinha pedido também para trazer algumas questões da Operação Inverno, mas daqui a pouco a gente pode estar ouvindo as perguntas e ter uma outra oportunidade. Não sei o que que vocês acham? Mas a gente está à disposição, então, para poder...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Não sei o quanto falta da apresentação, e o que que vocês consideram importante para esse tema. Porque a gente pode fazer outras reuniões depois também. Eu acho que esse tema não se extingue aqui, a gente precisa continuar falando sobre isso, que é bem importante. Mas se tem alguma coisa que vocês acham mais pontual e que neste momento seria importante nos passar, até porque vocês vão deixar disponibilizado para nós esse material na COSMAM, não é?

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Sim.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Aí qualquer dúvida, a gente pode entrar em contato com vocês. Eu tinha conversado com secretário e ele tinha me falado que ia trazer nessa apresentação algo com relação às equipes, a realocação de algumas equipes e a ampliação de outras.

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** A Vânia, acho que pode trazer, então. Vou parar a apresentação, e acho que a Vânia pode trazer também só as unidades abertas depois do final de semana, né Vânia, quem sabe?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Joga para aquela tela da operação inverno. Eu acho que assim, uma coisa importante é que neste ano a gente conseguiu fazer um planejamento prévio. Esse planejamento, eu quero que saibam, a gente, da parte da Atenção Básica, mas também de leitos hospitalares, enfim, de todo o resto, já começou lá em dezembro do ano passado, para que a gente já tivesse esse desenho. Hoje nós temos... No ano passado, foram abertas cinco unidades de saúde, na Operação Inverno; neste ano, nós temos 10 unidades de saúde abertas; e temos até a possibilidade de abrir mais uma, que está até já pensada, mas que não houve demanda e não houve necessidade. O principal ponto da Operação Inverno, aos finais de semana, é dar apoio às UPAs, e o que veio também este ano com os dois hospitais de campanha: um do Exército e um da Força Nacional. Então, isso tudo se soma na forma de a gente reduzir duas coisas: a gente reduz aquela pressão dentro das UPAs por pacientes que não são casos de emergência e de urgência; e a gente reduz a demanda assistencial na segunda-feira, que tradicionalmente a segunda-feira é um dia de sufoco nas unidades, porque as pessoas reprimiram as suas necessidades no sábado e domingo.

Uma outra coisa também, a gente fez um trabalho junto com a vigilância, que foi a questão da imunização. Este ano a campanha começou mais cedo, a gente teve muitos espaços e muita busca de atendimento à vacinação. Todos esses espaços alternativos, tudo isso, a gente não consegue garantir todo o calendário. Então, todas as vacinas a gente não consegue numa carreta, numa barraca, numa escola, enfim, mas a gente tem garantido sempre covid, influenza. A covid para quem está no quadro, influenza, e dT, que inclui o tétano, que também foi uma coisa muito procurada e muito necessária nesse momento em que as pessoas estão limpando casas, estão andando pelas ruas, em que estão se machucando, então, isso mudou bastante. Depois a gente segue com aquelas

outras práticas que a gente sempre teve: ir à escola fazer vacinação, ir às instituições de longa permanência de idosos, o Programa Melhor em Casa, esse ano, também levou a vacinação para facilitar. Então, a gente fez algumas ações e a nossa cobertura ainda não é a cobertura esperada, mas ela é, de longe, uma cobertura melhor do que a gente tinha na entrada do frio, no ano passado. Não sei se a Evelise quer complementar alguma coisa. Mas a gente teve essa melhora também na vacinação, o que é o grande diferencial para muitos desses vírus mais comuns do inverno.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu não consegui ouvir, Vânia, se você chegou a me responder alguma coisa sobre as equipes.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** A ampliação de equipes, que eu creio que o secretário falou, é a das eMulti, que eu trouxe antes, vereadora, são as 10 equipes de eMulti, e as atuais equipes de eMulti que já estão atuando, a parceria no Sesi, a portaria estadual que propiciou a nossa contratação, e depois as 10 eMulti que ficarão por um período maior.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vocês têm vocês o percentual de aumento de doenças respiratórias em função das enchentes? Teve alguma diferença muito grande com relação a isso, ou está dentro do quadro que a gente tem anualmente?

**SRA. EVELISE TAROUÇO DA ROCHA:** Vereadora, está dentro do esperado. A gente tem monitorado, a gente começou já antes... No ano passado a gente teve esse cenário e esse ano novamente, por isso que a gente antecipou, felizmente o ministério também conseguiu antecipar o início da vacinação para início de março. Em 2023 e 2024, a gente teve uma antecipação, sim, do número de casos de síndrome gripal e internações por condições respiratórias, mas isso não foi diretamente relacionado à enchente, é pela sazonalidade dos vírus, mesmo, que a gente tem observado uma antecipação, iniciando cada vez mais

cedo, e isso reflete na questão das portas de entrada, especialmente das emergências. Por isso, este ano, a gente antecipou bastante o início, inclusive da operação inverno, justamente para dar uma resposta, porque nós já sabíamos que isso ia acontecer antecipadamente, mas não relacionado ao evento da enchente em si.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Certo. Eu não sei se tem algum vereador que gostaria de perguntar, de fazer algum questionamento para saúde. Depois nós ouvimos também a doutora Márcia e mais algum representante, tem o Cremers aí conosco também.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sim, Cláudia, eu queria uns 2 minutos aí.

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Eu vou parar de transmitir então aqui, e daí depois a gente passa à apresentação.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** A gente ouviu aqui, eu sei que é uma situação difícil de calamidade pública, onde nós, aqui em Porto Alegre, fomos também muito atingidos, na área da saúde não foi diferente. Percebo aqui que tem, sim, muitas unidades alternativas ou itinerantes, que estão circulando para poder atender essas regiões que foram atingidas, mas, Vânia, com todo o respeito aqui, sei da tua enorme dedicação na área da saúde, como a Kelma, como também a Evelise, na Vigilância Sanitária, mas eu não vi aqui um planejamento sobre a recuperação dessas unidades. Eu vi aqui a ideia, primeiro, passa essa equipe, depois passam esses especialistas, vão dizer o que tem que fazer. Eu participei de uma reunião com o governo federal e foi cobrada essa questão do recurso para Porto Alegre sobre a recuperação das unidades de saúde, e a informação que chegou para mim foi que o governo ainda não fez o levantamento nem encaminhou nada para o Ministério da Saúde, vamos dizer assim, dando uma ideia do que o Município precisaria para recuperar essas

unidades. Então eu importantíssima essa questão, como também a situação das equipes da Atenção Básica, se elas de fato estão completas, se estão conseguindo atender a necessidade atual; em se sendo atendida a população, elas estão tendo a contrarreferência, quando necessária, do especialista, como está a situação da contrarreferência. Nós percebemos também que a Vigilância Sanitária, há poucos dias, e foi notícia da imprensa com relação a esses medicamentos comercializados e que estão inadequados para consumo humano, que foi aquela ação que foi feita num local onde estavam tentando reutilizar esses produtos. Eu pergunto à Vigilância Sanitária se ela está preparada para isso, estão com as equipes na rua? Não é só uma região, são muitas regiões nas cidade, a população não pode estar consumindo esses produtos que, ora, estavam nessa situação. Acho que é importante a gente ter também a sensibilidade de perceber que o quadro de servidores tem que ter também esse apoio significativo, para poder fazer esse trabalho de campo; por outro lado, vejo que o governo já tinha antes uma sinalização de construção de algumas unidades – como está a construção dessas novas dez unidades que foram prometidas lá no início da gestão do atual prefeito, e nenhuma foi construída? Nós percebemos aqui na Região Leste a Unidade de Saúde Santo Alfredo ocupar o terreno, tem uma ação de reintegração agora para o dia cinco, nós precisamos tocar adiante porque essas unidades estão precaríssimas, chove muito dentro, sem condições de trabalho; há uma enorme dificuldade atual para operar a demanda existente. Creio que o governo nesse sentido tem que ter uma equipe que também cuide do que tinha que ser feito e não foi feito. A liberação das emendas, então, está resolvido, vai ajudar esses projetos que estavam em andamento. Há uma série de questões que a gente fica preocupado porque, quando andamos e visitamos essas unidades, eles cobram da gente sobre atual situação em que estão vivendo. Então, com certeza desejo boa sorte, mas também quero me colocar como parceiro nessa busca de solução. Um abraço.



**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vânia, não sei se queres responder alguma coisa? Telma?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Pois não, vereadora; acho que a primeira questão, Ver. Oliboni, tenho certeza que essa informação do Ministério da Saúde, muito possivelmente está desatualizada. Nós fechamos nosso cadastramento no InvestSUS, conforme acordado com os representantes do... (Problemas na conexão.) o secretário Felipe Proenço; então, foram encaminhados, sim; desculpas aqui porque eu realmente não...

(Problemas na conexão.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Dá para repetir, Vânia – nós não estávamos te ouvindo.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Então, assim, nós fizemos o cadastramento no InvestSUS, de todas as reformas necessárias, até o prazo estipulado pelo ministério, que é no dia 25; o secretário Felipe Proenço disse que eles levariam em torno de 15 dias para fazer a manifestação. Eu até posso dizer para os senhores aqui – não tenho aqui em mãos agora, posso encaminhar depois, se quiserem, em relação ao valor total para Porto Alegre, mas o Brasil todo, aqui o Rio Grande do Sul que foi nesse momento, o Rio Grande do Sul cadastrou 1.676 propostas de 337 municípios, pensando aqui em torno de R\$ 400 milhões em reformas. A imensa maioria nossa está nesses R\$ 400 milhões; temos construção que no caso seriam as aquisições das unidades móveis das ilhas, que a gente solicitou, não na modalidade unidade móvel porque o ministério não tem, mas a gente fez uma conversa com eles, também construção de unidades que foram abaladas nesse momento, que precisarão...

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Porto Alegre, Vânia; para Porto Alegre tens o valor?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Porto Alegre, temos a reforma... Da imensa maioria dessas unidades que foram listadas, eu não tenho valor, eu encaminho depois, vereador, eu realmente não...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu acho que a gente pode deixar, Oliboni, como encaminhamento para gente receber de forma oficial, os valores para Porto Alegre, do InvestSUS, até para que a gente possa cobrar depois...

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nós podemos documentar isso, mandar também para o ministério, para poder ser uma coisa que foi discutida aqui; acho que a gente pode se colocar como parceiros aí, enquanto COSMAM.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Acho que isso fortalece, sim.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Acho que é importante mesmo falar que algumas questões que a gente tem condições de encaminhar já os projetos, aquilo que a gente conseguir já encaminhar os projetos, porque a gente tem na engenharia, enfim, tem um rito. Eu não posso chegar lá e contratar uma empresa que venha aqui, construa, reforme; tem que ter um projeto; dentro do projeto tem um orçamento, inclusive a nossa querida Dra. Márcia conheceu bem como que a gente fez essa construção para que a gente tenha muita transparência, bem como a aplicação do dinheiro público de forma adequada. A partir do orçamento eu vou ter o orçamento oficial, três tomadas de preço para escolher a de menor preço, dentro daquilo que a gente espera. Isso tem um tempo, naturalmente. Então, por isso que a gente não ficou sem buscar as unidades móveis. Acredito que, em alguns dias, algumas semanas; dias não, em algumas semanas, a gente vai poder estar trazendo: olha, Unidade de Saúde Sarandi, já temos o projeto, já temos orçamento, já temos empresa, que nos entregará em 90 dias, em 100 dias, em 40 dias; então, isso a gente pode ir informando aos Srs. Vereadores, não tem problema, mas, neste momento, o que nós temos mais próximo de ainda

acontecer é a subestação de energia da Unidade de Saúde Santo Marta, a gente está na fase final da dispensa de licitação. Até para dispensar uma licitação é burocrático, isso faz parte do rito público, e os senhores conhecem. Novas unidades, Ver. Oliboni quero aqui – acho que na última ida minha presencial à COSMAM, até anunciei que a gente já tinha um encaminhamento da Unidade de Saúde Esmeralda – já foi licitada e, nos próximos meses, entra em demolição e construção da nova unidade – estamos agora na fase de buscar um espaço alternativo para funcionar durante a construção. Então, daquelas dez vamos contar nove porque a Unidade de Saúde Esmeralda já está saindo.

O senhor falou da liberação das emendas impositivas, nós estamos tocando, muitas delas são da Atenção Primária, lembrando que os objetos foram construídos em agosto do ano passado, salvo aquelas que foram indeferidas e que retornaram, já com o olhar para a enchente, que é uma imensa minoria, nós não podemos mudar esse objeto nesse momento. Então só aquelas que o vereador que teve a sua emenda indeferida entendeu, e, pelo que eu olhei – eu olho todas –, é uma minoria. Mas nós seguiremos as coisas ordinárias, conforme aquilo que estava planejado nas emendas parlamentares. É isso.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu só queria entender, ainda sobre as dez unidades, porque isso foi um empréstimo do BID para a construção das dez unidades, esse valor já está disponível, dependendo de projeto, é isso?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Bom, já coloquei eu acho que por duas vezes, então, novamente...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** É que eu não entendi, só para ficar claro.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** O BID tinha um planejamento, e, dentro desse planejamento, tinha a construção das unidades; inclusive, a Kelma acompanhava, anterior à minha chegada aqui na secretaria, melhor do que eu.

Não houve assinatura pela Prefeitura do empréstimo BID ainda, então não existe dinheiro do BID. Desde o ano passado, o que a gente fez? A gente saiu com a ideia de... (Problemas técnicos no som.) ...todas as fichas no BID e fomos buscando outros financiamentos. Na US Esmeralda, é financiamento do Fun-Patrimônio. A US Glória... (Problemas técnicos no som.) ...então a gente (Problemas técnicos no som.).

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Tem alguém com o microfone aberto.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Então o BID, infelizmente, a gente não tem dinheiro ainda. O BID, inclusive, esteve aqui nos visitando nesse momento, mas tudo dentro desse financiamento que não foi assinado. Então a gente está falando de alguma coisa de médio a longo prazo.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Está bem. Ver.<sup>a</sup> Lourdes, gostaria de fazer algum questionamento?

**SRA. EVELISE TAROUÇO DA ROCHA:** Eu gostaria, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, de responder algumas coisas que o Ver. Oliboni perguntou, sobre a vigilância especificamente.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Pois não.

**SRA. EVELISE TAROUÇO DA ROCHA:** Complementando a resposta da Vânia, a Vigilância também recebeu recurso do governo federal, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, através do InvestSUS, então nós conseguimos solicitar alguns equipamentos para a diretoria de Vigilância, especificamente imunizações, zoonoses, saúde do trabalhador. Então a gente também fez e aguarda agora... (Problemas técnicos no som.) ...até esse retorno dos investimentos solicitados, a gente inclui também os investimentos da Vigilância, só que, diferentemente da Atenção Primária, a Vigilância não recebeu; nós

fizemos a solicitação ao governo federal, mas nós não recebemos recursos para a reforma. A gente passou 20 dias fora do prédio da Vigilância em função do alagamento aqui da nossa sede, e nós tivemos alguns danos estruturais no prédio; então a gente fez essa solicitação ao Ministério da Saúde, mas a gente ainda não teve retorno se nós teremos recursos para esse tipo de investimento, de reforma dos danos que aconteceram aqui no prédio.

Em relação às emendas, nós também pedimos e já estamos dando continuidade, nós temos somente quatro emendas da Câmara de Vereadores, então o volume bem menor das... (Problemas técnicos no som.)

E a resposta ao Ver. Oliboni em relação a se nós estamos preparados para atender todas essas demandas que são decorrentes desses eventos: a Vigilância vem enfrentando desde a pandemia da covid, depois monkeypox, depois dengue, e agora todas as doenças também decorrentes da enchente; a gente vem enfrentando todas essas situações, as mudanças do cenário epidemiológico aqui no Município, que acompanha o cenário epidemiológico do Estado e nacional, com muitas dificuldades. Então nós estamos tecnicamente preparados, mas temos muitas dificuldades de acompanhar todas essas demandas com a nossa capacidade de recursos humanos dentro da Vigilância. Então o que eu posso lhe dizer é que estamos atentos e estamos priorizando as ações conforme cada evento que a gente vem enfrentando, mas com grandes dificuldades operacionais mesmo em função de recursos humanos.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Evelise. Ver.<sup>a</sup> Lourdes, gostaria de questionar? (Pausa.) Ver.<sup>a</sup> Mônica.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Olha, eu me sinto contemplada com as respostas, com os esclarecimentos. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, pela pauta, o sistema de saúde municipal pós-enchente; é muito importante nós, vereadores, que somos os agentes públicos mais próximos do povo, termos esses esclarecimentos, termos conhecimento do que aconteceu e do que está acontecendo para poder responder. Então, agradeço e me sinto contemplada.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Ver.<sup>a</sup> Lourdes.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Olá, Ver.<sup>a</sup> Cláudia. Muito boa a pauta, é isso, como a Ver.<sup>a</sup> Mônica já falou, temos que saber para poder levar a informação de tudo o que aconteceu, de tudo o que está sendo possível atender. Parabéns a todos.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Gostaria de saber se a Dra. Márcia Bento, do Ministério Público, gostaria de se manifestar.

**SRA. MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO:** Sim, eu gostaria. Bom dia a todos. Eu tenho uma dúvida para a diretora Vânia. Ela falou sobre o uso do FRIM. Eu queria entender exatamente, porque nós já tivemos várias reuniões e questionamentos sobre o FRIM por parte do Ministério Público, porque ele é 3% do valor e ele é utilizado para a manutenção de todas as unidades de Atenção Primária, e agora eu fiquei um pouco preocupada com a utilização do FRIM, porque os 3% já não eram suficientes para a manutenção necessária de todas as unidades, e usar esse FRIM agora, esses 3%, pelo menos, eu não sei como é que vai ser esse aditivo que foi mencionado, mas esses 3% têm que ser utilizados só para manutenção, eles não podem ser utilizados para reforma, a reforma não é uma manutenção, a reforma é uma questão mais ampla, que diz respeito à reconstrução; a manutenção em si são aquelas questões diárias das unidades, de recuperação de estruturas pelo uso normal e não por força da enchente, me parece. Então eu queria entender como é que será esse uso do FRIM. É isso. Obrigada.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Com a palavra a Sra. Vânia.

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Então, Dra. Márcia, na verdade talvez eu me expressei equivocadamente: nós vamos usar o regramento do uso do FRIM, mas

esse dinheiro da reforma é outro dinheiro que entra num aditivo. O FRIM está preservado para aquilo que está no nosso termo, para manutenção e pequenas reformas, é para o que o FRIM está estabelecido. Nós não estamos tratando de pequenas reformas agora, agora a gente está tratando de reformas grandes, médias, conforme a engenharia, ela está em média/grande, então ela tem um outro aporte financeiro. O que eu me reporte ao FRIM é que a gente simplesmente não vai pegar o dinheiro e colocar lá na parceira “Ah, faz aí”, nós vamos seguir o rito do regramento de uso para melhorias que está lá atribuído ao FRIM. Então é uma analogia, mas os 3% do FRIM estão reservados, até porque não teria saldo nem para fazer uma unidade hoje com os valores que a gente vai gastar.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** E me permite uma pergunta, Cláudia? Qual é o valor do FRIM? Saúdo aqui a Márcia Bento, que é do Ministério Público. O FRIM, qual é o valor por unidade, tem como especificar? Ele pode ser utilizado agora para limpeza da unidade, para poder colaborar nesse momento? Porque senão me parece que fica prejudicado esse processo que já poderia estar acontecendo, essa limpeza. Eu sei que na área da educação, por exemplo, tem um recurso para cada escola, e eles fazem milagre com esse recurso. No caso da saúde, pode ser utilizado, estão utilizando, Vânia?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Então assim, o FRIM é por termo de colaboração, ele não é específico por unidade, é diferente daquele recurso das escolas. Então é 3% em cima do gasto com recursos humanos, é isto o que prevê lá no nosso contrato. O que acontece, esse valor é um valor pequeno para dar conta, no caso específico aqui olhando a região norte, Santa Casa, que tem 12 unidades afetadas. Então a gente conseguiria, por exemplo, fazer todo o processo de limpeza e desinfecção com as duas unidades do Vila Nova, com a uma unidade do Ipê; no caso da Mapa não tem desinfecção porque foi desabitada mesmo, mas na Santa Casa eu não teria saldo suficiente para fazer isso, por isso que a gente está tentando trabalhar com as parcerias. O que

acontece, tem unidades, por exemplo, que teve chuva, não entrou água na unidade, mas estragou uma cerca, coisas pequenas que daí se enquadram nessas pequenas reformas ou manutenção, a gente está priorizando o FRIM nessas situações. Algumas que tiveram que providenciar pequenas coisas, por exemplo, a rede de esgoto, a rede de energia, algumas coisas, não entrando água, mas afetou a região, precisou alguma coisa nesse sentido. Mas eu acho que mesmo que a gente resolveu essa questão do impasse lá junto ao próprio Exército que estava nos dando esse apoio, e a gente tem insistentemente buscado, tem unidades que a gente vai tirando, não consegue fazer toda uma limpeza, mas a gente está desobstruindo com o nosso pessoal. A gente não está parado, a gente está andando. Ontem à noite a gente já liberou mais uma unidade para avaliação dos engenheiros, que foi a Nova Brasília, então agora, essa semana a gente quer entrar na Farrapos no máximo no sábado, e aí a gente vai fazer...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Gostaria de saber se o Alexandre Sartori, do Conselho Regional de Farmácia gostaria de se manifestar. (Pausa.) Com a palavra o Dr. André, do Cremers.

**SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA:** Bom dia, senhores vereadores, bom dia senhora Vânia, estou aqui como conselheiro do Conselho Regional de Medicina e a minha pergunta – não sei se tem alguém aqui da Uramb, da regulação ambulatorial – a minha pergunta é acerca, na verdade, da interface entre atenção primária e atenção secundária. Então a gente teve, obviamente, como a Vânia bem explicou, um redesenho de território, e a minha pergunta é: Diante do cenário que a gente tinha prévio, de pessoas em abrigos, a gente teve uma suspensão temporária dos serviços secundários e uma suspensão também dos prazos para acesso às especialidades, então eu queria saber em que pé que está isso hoje no segmento das especialidades médicas, falando de pacientes que talvez não estejam nos seus territórios de origem, como é que isso vem sendo feito acerca dos prazos quando, por exemplo, as equipes de atenção



primária não localizam determinado usuário para ele acessar o serviço de atenção secundária ou terciária. É isto.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dr. André. Quem vai responder?

**SRA. DENISE TESSLER SOLTOF:** Doutor André, quando nós iniciamos, entramos nessa situação de calamidade, as agendas inicialmente da atenção especializada foram, por solicitação nossa, todas suspensas, e pacientes que já estavam, porque o nosso sistema de agendamento de consultas agenda com 15 dias de antecedência, e as agendas que já estavam confirmadas, foi solicitado aos prestadores que não colocassem falta para que a gente pudesse recolocar esses casos em regulação e se fizesse um novo agendamento para a primeira data pós esse fechamento. E foi feito isto. Depois, quando reabriram os atendimentos... Alguns serviços, na realidade, até mantiveram os atendimentos, quem conseguiu ir às consultas, foi atendido, e os demais foram reagendados. E aí quando se retomou o atendimento, foi feito então o novo agendamento e comunicado os pacientes, conforme os contatos que constam no Gercon, para que esse paciente seja avisado da consulta.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Respondido, Dr. André?

**SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA:** Respondido, sim. Obrigado.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Alexandre disse que está sem áudio e sem vídeo, por isso não respondeu - do Conselho Regional de Farmácia. Dr. Daniel, gostaria de se manifestar?

**SR. DANIEL HEISLER TASSINARI:** Bom dia, desculpe o meu atraso, é que eu estava vendo uma coisa na direção. Mas estou ouvindo atentamente a todos. Eu estou aqui representando o HPV, Dr. Cincinato não pôde por estar em outro

local, mas eu só gostaria de dizer à Vânia que nós estamos à disposição de tudo que precisar.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** OK. Dr. Daniel. Mais alguém gostaria de se manifestar?

**SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ:** Eu só queria, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, provocada agora pelo Dr. Daniel, trazer que nesse evento climático a imensa maioria dos serviços afetados foram os serviços da diretoria da Atenção Primária. Mas cabe aqui eu acho que trazer que todas as diretorias do Hospital de Presidente Vargas, Hospital de Pronto Socorro, enfim, todos, cada um à sua altura, vem dando apoio para logística de a gente conseguir trabalhar, iniciando o que talvez, eu acho que é importante a gente trazer aqui para os Srs. Vereadores tomarem conhecimento, que no período dos abrigos, todos os dois hospitais, a vigilância em saúde, as diretorias internas aqui da sede de todas as áreas, todos colaboraram nas escalas de profissionais. Então nós saímos da gestão e fizemos assistência também; os nossos médicos, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, farmacêuticos, todos foram de volta para assistência, para apoiar e isso tem sido em várias áreas. Então acho que é importante a gente deixar esse registro aqui no Legislativo, de que além de todo nosso trabalho com os nossos parceiros da Atenção Primária com o voluntariado, a gente contou muito sob a organização aqui do secretário Fernando, do secretário César, todas as diretorias e os hospitais vieram junto nos apoiar, nesse momento. O que eu acho que é importante a gente dizer, porque às vezes fica parecendo assim que são setores separados, sim, são setores separados com as suas organizações, mas que tiveram a solidariedade necessária, e daí vai desde o setor de transporte, o setor de apoio logístico de materiais, enfim, até os profissionais mesmo que foram lá para os atendimentos nos momentos de grande necessidade nas horas de resgate e tudo mais. Então, aproveitando esse espaço, um agradecimento para todos os nossos colegas que estiveram lado a lado aí nesse momento.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada Vânia. Eu queria trazer uma informação, porque eu fiquei bem preocupada quando a Vânia comentou que não foi assinado pela Prefeitura o empréstimo do BID, e nós fizemos, no dia 06 de junho, recebemos a resposta da Prefeitura, porque nós havíamos feito um pedido de informação via COSMAM. Eu acho que os vereadores receberam, mas eu vou pedir novamente para que a gente possa colocar, porque tem a resposta do prefeito Sebastião Melo, com relação a isso, que durante o rito de aprovação o referido órgão solicitou por meio de ofício, recebido em 14 de maio de 24 a complementação de informações as quais estão sendo providenciadas em ritmo de urgência. Então tem já uma explicação para essa não assinatura, que eu fiquei preocupada porque a gente já vinha falando há muito tempo sobre esse empréstimo e achei que já estávamos numa fase de projetos e não de assinatura de contrato. Então eu vou colocar ali, depois, para a COSMAM, vou pedir para a Ver.<sup>a</sup> Lourdes para que ela coloque o pedido de informação, que eu acho que é importante os vereadores acompanharem e saberem também sobre isso. Eu queria agradecer a presença de todos os vereadores e de todos da saúde. Acho que essa pauta é extremamente importante, acho que a gente precisa novamente voltar a falar sobre isso, eu vi que durante apresentação inicial também tem pessoas da causa animal, acho que também é importante, uma pauta importante, inclusive, porque muitos animais que estavam no Iguatemi, hoje estão sendo transferidos para o prédio da SMIC. Isso também fala de saúde, quando a gente fala dos PETs. Então tem muitas coisas ainda, como a questão da saúde mental que a gente precisa seguir discutindo porque muitos serão os desafios a partir de agora. Eu acho que é importante a gente seguir trabalhando nessa pauta que para a cidade de Porto Alegre e para todas as pessoas é extremamente importante.

Agradecer à Vânia, à Telma, à Evelise e todos que estão trabalhando aí na Secretaria de Saúde, incansavelmente para atender da melhor forma possível e mais ágil possível a toda nossa população. Um grande abraço, Ver.<sup>a</sup> Lourdes entrego para senhora fazer o encerramento. (Pausa.)

Acho que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes está sem sinal. Bom, então agradeço a presença de todos e até a nossa próxima Comissão de Saúde, na próxima terça-feira, grande abraço.

(Encerra-se a reunião às 11h56min.)

TEXTO SEM REVISÃO